

GARANTIA FUNCHALENSE (1906-1980)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Boletim de Seguros, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913; *Diário do Governo*, n.º 239, de 23 de outubro, Decreto com força de lei de 21 de outubro de 1907; *Jornal de Seguros: Revista Internacional*, Lisboa, Ayres C. Pereira

da Costa, 1906-1921; REIS, Artur, *Seguradoras Nacionais*, Lisboa, Fidelidade Seguros, 2000.

MGC
NGC

GARANTIA FUNCHALENSE (1906-1980)

Sediada na cidade do Funchal — Rua das Murças, 12, 1.º —, a companhia de seguros Garantia Funchalense, S. A. R. L., foi oficialmente registada a 29 de dezembro de 1906, com o capital social fixado nos 200 000\$00 réis (Silva e Meneses, vol. I, 1998: 568; vol. II: 150; Magalhães, 1997: 47-49). Deste modo, o mercado insular viu-se acrescido de mais uma seguradora, retirando o monopólio à firma Aliança Madeirense* que, desde 1891, se estabeleceu na praça sem qualquer opositora de âmbito regional. Carlos Alberto Ferreira e Henrique Figueira da Silva foram os principais impulsores da nova companhia e mantiveram-se na gerência da empresa desde os primórdios até à década de 30 (*Boletim de Seguros*, n.º 55, 1957: 119). Os dois sócios conquistaram nome e prestígio que ultrapassou os meandros económico-financeiros madeirenses, com uma passagem, embora de curta duração, pela edilidade do Funchal, durante a vigência de 1908-1910, onde ocuparam os cargos de vereador (*República e Republicanos na Madeira...*, 2010: 423). Além do ramo de seguros, Henrique Figueira da Silva (1868-1946) estava intimamente ligado ao mercado bancário desde, pelo menos, 1898, ano em que fundou uma das maiores instituições da região — a Casa Bancária Henrique Figueira da Silva* —, cuja história, sobretudo no que concerne ao seu processo de encerra-

mento, interfere com os acontecimentos mais marcantes ocorridos na ilha durante o início da década de 30 do século XX (Clode, 1983: 444). Outras personalidades do comércio funchalense marcaram igualmente presença no ato de fundação da seguradora: João de Freitas Martins; Francisco Dias Tavares; José Bernardo de Almeida; António Faustino de Abreu; José Maria Rodrigues; Calisto Pinto da Silva; Roque Joaquim da Silva; Agostinho Dias Tavares; João Augusto de Pina; João Damasceno Figueira da Silva (Magalhães, 1997: 47-49). Um ano após a sua implementação e seguindo os preceitos legais instituídos por João Franco (no Decreto com força de lei de 21 de outubro de 1907), a Garantia Funchalense viu confirmado o pedido de autorização governamental, concedida a 30 de janeiro de 1908, para continuar a exercer a indústria de seguros nos ramos «Terrestre» e «Marítimo» (*Diário do Governo*, n.º 24, de 31 de janeiro de 1908). A 9 de outubro de 1914, após o início da I Guerra Mundial, foi dado consentimento legal para a exploração dos ramos de seguros «Postal» e do risco de guerra subjacente ao seguro «Marítimo» (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 238, de 14 de outubro de 1914). O período de beligerância foi encarado, no meio segurador, como uma excelente oportunidade de negócio, registando-se um aumento exponencial de novas companhias, embora esse alar-

gamento pecasse pela pouca sustentabilidade, visto que o cessar do conflito reduziu significativamente o número de firmas (Mateus, s. d.: 43-44; Lapa, 1939: 157). Os resultados obtidos pela Garantia Funchalense durante a guerra e nos anos imediatos permitem constatar a consolidação da companhia no mercado insular, através de um crescimento no volume de negócios desde 1916, com um ativo assente nos 229 761\$34 (*Jornal de Seguros*, n.º 280, de 30 de setembro de 1917: 4-5), até 1921, ano em que a mesma rubrica se fixou nos 337 374\$002 (*Jornal de Seguros*, n.º 393, de 31 de maio de 1922: 5). Numa tendência igualmente crescente, regista-se o saldo que passou do valor relativamente diminuto de 10 073\$32, auferido em 1916 (*Jornal de Seguros*, n.º 280, de 30 de setembro de 1917: 4-5), para um montante bem superior em 1921, fixando-se, neste caso, nos 41 294\$02 (*Jornal de Seguros*, n.º 393, de 31 de maio de 1922: 5). No mesmo ano, os sinistros a pagar atingiram a quantia residual de 5714\$00 e os prémios de seguro obtiveram um total de 41 659\$80, divididos pelos ramos «Terrestre» (29 590\$04), «Postal» (9479\$55) e «Marítimo» (2590\$21) (*ibidem*). Já em 1928, a partir de um artigo publicado na revista *Seguros e Fianças*, Fernando Brederode — antigo ministro e fundador da companhia de seguros Nacional* — incluía a Garantia Funchalense na lista das seguradoras com menor capital, embora não poupasse elogios à forma como acorria aos seus clientes, formulando o seu raciocínio a partir da seguinte interrogação: «[...] as três companhias portuguesas de mais pequeno capital, a Previdência*, a Aliança Madeirense* e a Garantia Funchalense* (escrevo-lhes os nomes porque só tenho a elogiá-las) deixaram alguma vez de solver religiosamente os seus compromissos?

Esses pequenos capitais foram os suficientes para a *mise-en-marche* [...] e os segurados dessas Companhias têm razão para dormirem completamente descansados, enquanto que os de outras companhias com capital muito maior, ao dar-se um sinistro, terão talvez de se arrepender do segurador que escolheram.» («As companhias de seguros», *Jornal de Seguros*, n.º 2, de 1 de setembro de 1928: 3; «Um grande nome dos seguros em Portugal», *Aliança Madeirense*, de 2 de abril de 1941: 3.) Na mesma altura surgiram, na imprensa regional especializada, alguns relatos expondo a concorrência entre seguradoras estrangeiras e madeirenses, devido, sobretudo, aos baixos preços empregues pelas primeiras («Mais um ano», *Jornal de Seguros*, n.º 6, de 1 de janeiro de 1929: 1). Em jeito de reação, foi publicado no *Jornal de Seguros* um breve apontamento que pretendeu defender e publicitar a ação das duas empresas insulares em oposição às suas rivais: «Muitas pessoas teem a ideia de que devem preferir, na realização dos seus seguros, as companhias estrangeiras, pelo facto de as taxas — dizem — serem mais favoráveis. Ora, esta impressão não é verdadeira. As Companhias madeirenses estão tomando seguros às menores taxas. E, quanto à forma de liquidação, não há mais pontuais, nem mais exactas.» («Uma verdade», *Jornal de Seguros*, n.º 5, de 1 de dezembro de 1928: 3.) A crise económica, que já se fazia sentir no ano de 1929, teve efeitos nefastos nos inícios da década de 1930, sobretudo para o mercado bancário madeirense, o que não deixou de afetar os negócios da indústria seguradora. Os efeitos nefastos do «crash» da Bolsa de Nova Iorque estenderam-se ao arquipélago, dificultando a solvibilidade de empresas, entre elas a casa bancária de Henrique Figueira da Silva*, res-

ponsável por grande parte dos depósitos da região, que entrou em suspensão de pagamentos a 20 de novembro de 1930, arrastando para a mesma condição outros organismos do ramo bancário. Juntou-se à crise económica a contestação política e social, sobretudo nos primeiros meses de 1931, com as revoltas da farinha e da madeira, contribuindo assim para um adensar da situação recessiva das empresas estabelecidas no mercado insular (Mello e Carita, 2002: 133-137). A referência à crise económica e financeira tornou-se uma constante nos relatórios e contas da Garantia Funchalense entre os anos 1930 e 1934, embora tenha auferido resultados positivos nos respetivos exercícios contabilísticos. Pela primeira vez, desde a sua fundação, verificou-se uma renovação na gerência da companhia, com a saída de Henrique Figueira da Silva durante o ano de 1931 — depois das atribuições vividas pela sua casa bancária —, sendo substituído por Francisco Dias Tavares (*Boletim de Seguros*, n.º 5, 1932: 84). Cinco anos mais tarde, em 1936, foi a vez da retirada de Carlos Alberto Ferreira, entrando para o seu lugar na direção Carlos Alberto Ferreira Júnior (*Boletim de Seguros*, n.º 15, 1937: 77). Os dados respeitantes ao período entre 1930 e 1979 permitem compreender o comportamento da companhia de seguros em diferentes rubricas assentes no seu balanço anual, como demonstram, por exemplo, os resultados, pelos quais se confirma uma prevalência dos ganhos, embora estes não traduzam uma atitude tendencialmente crescente, mas sim numa constante oscilação de valores (quadro). Os períodos em que a gestão da empresa apresentou prejuízos situam-se sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. Antes, porém, verificam-se duas incidências em 1937 (– 19 912\$12) e 1941 (– 21 489\$00),

justificando-se a primeira com um aumento substancial dos sinistros (*Boletim de Seguros*, n.º 17, 1938: 77) e a segunda na necessidade de reforçar o fundo de garantia com a verba de 21 489\$00 (*Boletim de Seguros*, n.º 25, 1943: 107). Os anos de 1966 e 1967 (respetivamente – 1 441 655\$94 e – 486 179\$66) foram afetados pela crescente sinistralidade do ramo automóvel, considerada pela direção como «o nosso grande mal e o nosso pesadelo [...]» (*Boletim de Seguros*, n.º 75, 1967: 105; *Boletim de Seguros*, n.º 77, 1968: 107), ainda que, para a aceitação de qualquer apólice fossem, já em 1964, impostas normas internas muito restritivas. Os valores negativos obtidos nos anos 70 — de 1974 a 1977 — encontram-se intimamente ligados ao período turbulento do pós-25 de Abril e consequente processo de nacionalização, atingindo, em 1976, um prejuízo de 79 307 604\$79. A reestruturação financeira levada a cabo pela seguradora demonstrou resultados positivos já em 1977, auferindo o lucro mais elevado desde a sua fundação, assente nos 10 913 557\$00. No que concerne às importâncias a pagar pelos sinistros, saliente-se uma tendência para a sua ampliação ao longo dos anos, influenciada pelo aumento substancial da carteira de cliente assegurados, sobretudo no ramo «Automóvel», ainda que no ano de 1975 se registre uma queda súbita, quer de indemnizações, quer de prémios de seguros (*Boletim de Seguros*, 1959-1979). Nesta última rubrica denota-se um domínio do ramo «Fogo» entre os anos de 1930 a 1939, sendo, no ano seguinte, já em pleno contexto da II Guerra Mundial, destronada pela receita recolhida através dos seguros marítimos, que se manteve em alta até ao fim do conflito (*Boletim de Seguros*, 1931-1945). Numa perspetiva nacional, o ano de 1940 situa a Garantia Funchalense

no 26.º lugar das seguradoras portuguesas com maior prémio de seguro, fixado nos 432 891\$70, colocando-se um lugar acima da companhia Aliança Madeirense*, a sua grande rival no mercado insular. Manteve a mesma posição no ano de 1973 — num total de 104 212 504\$60 —, apesar de serem contabilizadas mais 11 empresas do que no ano anteriormente citado (Mateus, s. d.: 55-56; *Boletim de Seguros*, n.º 21, 1941: 87; n.º 89, 1974: 123). A estatística referente ao capital e reservas apresenta uma tendência crescente durante mais de quarenta anos, desde 1930 até 1971, conquanto se registem pequenas modelações que não põem em causa o evidente pendor evolutivo (quadro). O ano de 1973 mostra um reforço substancial do capital social, duplicando o seu valor para 30 000 000\$00, a que se juntaram os fundos de reserva, num total assente em 43 307 413\$40 (*Boletim de Seguros*, n.º 89, 1974: 123). Nos exercícios que se seguiram até ao *terminus* da instituição é nítida a queda dos valores indicados nos referidos fundos devido à sua aplicação no saneamento financeiro da companhia (*Boletim de Seguros*, 1974-1979). Se desde a sua fundação até ao final da década de 50 a ação da Garantia Funchalense se restringiu, sobretudo, ao mercado insular, contando ainda com os préstimos de Mauro Olavo Correia de Andrade enquanto correspondente da companhia em Lisboa (*Boletim de Seguros*, 1930-1957), em 1958 regista-se a apresentação da sede da empresa na capital do País, situada na Avenida da Liberdade, onde se aplicaram cerca de 400 contos para a sua conveniente instalação (*Boletim de Seguros*, n.º 31, 1959: 119). O ano de 1970 permite medir o esforço de remodelação da companhia no que compete à formação e aperfeiçoamento dos quadros profissionais — com a

realização de um seminário para o pessoal superior e de um curso de agentes e angariadores de seguros — e na valorização das práticas de gestão centradas no cliente, através da criação de um departamento de relações com o público (*Boletim de Seguros*, n.º 83, 1971: 114). No mesmo relatório e contas é mencionada a existência de um grupo desportivo englobado na seguradora que tem a seu cargo uma série de atividades lúdico-culturais, incluindo a realização de colóquios e conferências (*idem*: 115). Antes da nacionalização, ocorrida a 15 de março de 1975 (*Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 63, de 15 de março de 1975), a firma encontrava-se disseminada por «17 filiais e centenas de agências [...]» (*Boletim de Seguros*, n.º 85, 1972: 119), persistindo ainda algumas carências no domínio tecnológico, visto não dispor de um departamento informático (*Boletim de Seguros*, n.º 89, 1974: 123; n.º 95, 1977: 210). À época, a empresa União de Transportes para a Importação e Comércio, L.ª, detinha quase 90% do capital social (*Boletim de Seguros*, n.º 93, 1976: 181), tendo ingressado na atividade da Garantia Funchalense desde o ano de 1958, aquando do aumento significativo do capital social — de 200 000\$00 para 1 200 000\$00, dividido em 20 000 ações —, mantendo a liderança da empresa sob a sua alçada até à nacionalização da companhia (*Boletim de Seguros*, n.º 65, 1962: 105; Magalhães, 1997: 215-219). A 20 de janeiro de 1976, um ano após o processo de estatização, o Governo nomeou o conselho de gestão. Além do saneamento financeiro e da urgente reestruturação da empresa, o referido conselho teve em sua responsabilidade a gestão de 227 trabalhadores, divididos entre a sede (127) e as diferentes filiais (100) (*Boletim de Seguros*, n.º 95, 1977: 220; *Diário de Lisboa*,

GARANTIA FUNCHALENSE (1906-1980)

n.º 19 403, de 14 de julho de 1977: I-IV). Após uma primeira fase de indefinição no panorama segurador português pós-nacionalização, quer pela dificuldade em gerir diversas empresas com diferentes tamanhos e especificidades, quer pela ausência de quadros técnicos qualificados que abrangessem todas as companhias, o Governo determinou, a 8 de novembro de 1978, a criação de grupos de seguradoras com um conselho de gestão comum, reunindo, num só grupo, as companhias Tranquilidade*, Nacional* e Garantia Funchalense. Assim, o Estado pretendeu, como objetivo principal, reduzir o «número de empresas com vista à

criação de unidades viáveis, dimensionadas por forma a garantir o seu adequado desenvolvimento, rentabilidade, autofinanciamento, bem como o mais racional aproveitamento dos recursos disponíveis». (*Diário da República*, n.º 270, de 23 de novembro de 1978). Mais tarde, a partir da junção das três empresas, foi decretada, a 31 de dezembro de 1979 e com efeitos a partir do dia seguinte, a sua fusão num só organismo, nascendo deste modo a Tranquilidade — Seguros, E. P.*, com um capital estatutário inicial de 200 000 000\$00 (*Diário da República*, 1.ª série, de 31 de dezembro de 1979; Magalhães, 1997: 250-253).

QUADRO — Garantia Funchalense

Lucros e perdas (1930-1978)

1930	73 473\$38	1958	7 490\$32
1931	51 141\$89	1959	63 333\$18
1932	51 275\$81	1960	80 595\$40
1933	61 963\$23	1961	167 962\$26
1934	10 731\$11	1962	340 655\$03
1935	40 494\$77	1963	151 752\$45
1936	21 575\$46	1964	161 575\$69
1937	- 19 921\$12	1965	797 766\$36
1938	13 102\$15	1966	- 1 441 655\$94
1939	61 370\$70	1967	- 486 179\$66
1940	130 451\$09	1968	418 272\$39
1941	- 11 899\$94	1969	939 246\$00
1942	267 363\$62	1970	178 271\$80
1943	471 948\$85	1971	489 060\$01
1944	535 133\$77	1973	1 758 215\$27
1945	233 093\$42	1974	- 43 951 745\$37
1947	311 875\$68	1975	- 70 736 442\$45
1952	184 532\$84	1977	10 913 557\$00
1956	116 599\$76	1978	3 724 384\$20

Fonte: *Boletim de Seguros*, 1931-1979.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Boletim de Seguros (1930-1979); CARITA, Rui, *Associação Comercial e Industrial do Funchal — Esboço Histórico (1933-2002)*, Lisboa, Edicarte, maio de 2003; CARITA,

Rui, e MELLO, Luís de Sousa, *Associação Comercial e Industrial do Funchal — Esboço Histórico (1836-1933)*, Lisboa, Edicarte, maio de 2002; CLODE, Luiz Peter,

Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses: Séc. XIX e XX, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983; «Companhia de seguros Garantia Funchalense», *Diário de Lisboa*, n.º 19 403, de 14 de julho de 1977, supl. I-IV; *Jornal de Seguros* (1917-1925; 1928-1929); LAPA, Albino, *Seguros em Portugal (Estudo Histórico)*, Lisboa, ed. de Autor, 1939; MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Tranquilidade. História de Uma Companhia de Seguros*, Lisboa, Companhia de Seguros Tranquilidade, 1997; REIS, Artur, *Seguradoras Nacionais: Apontamentos, Seguradoras, Filiações, Documentos*, Lisboa, Fidelidade/Caixa Geral de Depósitos, 2000; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Car-

los A., *Elucidário Madeirense*, 4.ª ed., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, vol. III, 1998; *Diário do Governo*: n.º 24, de 31 de janeiro de 1908; 2.ª série, n.º 238, de 14 de outubro de 1915; 1.ª série, n.º 80, de 24 de abril de 1922; 1.ª série, n.º 63, de 15 de março de 1975; 1.ª série, n.º 30, de 5 de fevereiro de 1976; *Diário da República*, 1.ª série, n.º 270, de 23 de novembro de 1978; 1.ª série, n.º 288, de 16 de dezembro de 1978; 1.ª série, n.º 300, de 31 de dezembro de 1979; 1.ª série, n.º 37, de 14 de fevereiro de 1989; 1.ª série-B, n.º 183, de 10 de agosto de 1992.

DMF

GRÉMIO DOS SEGURADORES (1934-1975)

Em 20 de junho de 1934 foi publicado o Decreto-Lei n.º 24 041 que «cria, com sede em Lisboa, o Grémio dos Seguradores constituído obrigatoriamente por todas as sociedades nacionais e estrangeiras que exerçam ou venham a exercer a indústria de seguros». No preâmbulo do decreto-lei pode-se ler: «Satisfaz-se, deste modo, uma urgente necessidade das sociedades de seguros, às quais o Grémio permitirá disciplinar a concorrência desorientada e solucionar vários e importantes problemas, que só em conjunto podem resolver-se [...], estabeleceu-se a inscrição obrigatória, nos termos do Decreto n.º 23 049 para todas as sociedades nacionais e estrangeiras autorizadas a exercer a indústria de seguros em Portugal, pelo que uma resolução tomada obrigará a todas. Dá-se personalidade jurídica ao Grémio e conferem-se-lhe todas as atribuições próprias dos organismos corporativos.» Segundo os seus estatutos, o Grémio tinha como atribuições: orientar e fiscalizar a indústria de seguros; fixar tarifas mínimas para os vários ramos; prestar informações aos associados; centralizar informações

sobre segurados, agentes, angariadores e resseguradores; elaborar as estatísticas; promover a propaganda do seguro; promover a melhoria das condições do pessoal das sociedades agremiadas através de relações sindicais e de previdência criando um fundo de previdência social. A necessidade de disciplinar a concorrência (destinada, em grande parte, às congêneres estrangeiras a operar em Portugal) foi um dos argumentos usados para a criação do Grémio, como se pode confirmar pela exposição, apresentada ao Ministro das Finanças, em 1933, pelo Centro de Seguradores Portugueses. Uma vez constituído, o Grémio ficou com instalações em Lisboa, na Rua Augusta, até à sua transferência, em 1950, para o Largo de Rafael Bordalo Pinheiro. Os seus órgãos eram, de acordo com os primeiros estatutos: a direção e a assembleia geral. As sociedades nacionais de seguros eram representadas pelos seus administradores e as estrangeiras pelos agentes gerais. A direção tinha junto de si, com funções fiscalizadoras, um representante da Inspeção de Seguros*, criada em 1929, na dependência